



# Caderno Publicações Digitais

## Diário do Acionista, 01 de julho de 2024

JORNAL DIÁRIO DO ACIONISTA Assinado de forma digital por JORNAL DIÁRIO  
DO ACIONISTA LTDA:26530904000112  
LTD A:26530904000112 Dados: 2024.07.01 07:05:14 -03'00'

### CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª (QUADRAGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série única da 43ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atilio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 43ª (Quadragésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização")*, nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("*Resolução CVM 60*"), no que couber, a reunir-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 18 de julho de 2024, às 15:00 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 26 de julho de 2024, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de março de 2024; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. **Instruções Gerais:** A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail [af.assembleias@oliveiratrust.com.br](mailto:af.assembleias@oliveiratrust.com.br), com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizedora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizedora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI EMBRAED 43", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. **quando pessoa física:** cópia digitalizada de identidade com foto; b. **quando pessoa jurídica:** (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. **quando Fundos de Investimentos:** (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. **quando representado por procurador:** caso qualquer Titular de CRI indicado nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 28 de junho de 2024

**Amanda Regina Martins** - Diretora de Securitização e de Distribuição

EDUCAÇÃO

SP inaugura unidade do Programa Creche Escola em Jambuí

O Governo de SP deu mais um passo no projeto de expansão do Programa Creche Escola no estado. Nesta sexta-feira, em Jambuí, no Vale do Paraíba, o governador em exercício Felício Ramuth entregou a 44ª unidade do programa desde o início da atual gestão. Com investimento de R\$ 3,7 milhões, o novo equipamento de ensino tem capacidade para atender até 150 crianças no município.

"Mais um investimento para que a gente possa garantir creche para todos. Educação é prioridade para o governo de São Paulo. E entregar creche é garantir sociabilização à criança no seu momento de formação das relações sociais e desenvolvimento cognitivo", afirmou Felício. "É uma oportunidade de todas as crianças terem à sua disposição a creche, temos a garantia que elas estão recebendo o melhor preparo de primeira infância para a grande jornada da vida que terão pela frente", acrescentou.

A cerimônia de inauguração da Creche Escola Municipal Professora Maria Aparecida Candelária de Castro e Santos contou com a participação do presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), Jean Pierre Neto, da dirigente regional de ensino de Taubaté, Lidiane da Silva César Gonçalves, além de parlamentares, gestores, entre outras autoridades.

A construção da unidade foi

custeada pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), em parceria com a prefeitura municipal. Todos os edifícios do programa são equipados com salas pedagógicas, berçários com fraldário e lactário, secretaria, refeitório, banheiros e área de serviço. As construções também respeitam todas as normas de segurança e de acessibilidade.

O novo equipamento conta com 33 ambientes, entre os quais nove são espaços pedagógicos e três destinados à administração. A unidade foi instalada em um terreno de 6.043 metros quadrados e possui 813,78 metros quadrados de construção. No total, 26 profissionais vão atuar no local em apoio ao início da vida escolar das crianças do município.

"Quando construímos uma creche, promovemos transformação na realidade das famílias: a criança fica em segurança e as mães e pais podem trabalhar com a tranquilidade de saber que os filhos estão sendo bem cuidados", afirmou Jean Pierre Neto. "Entregamos mais de mil obras desde o início da gestão. Foram mais de duas unidades todo mês, e reduzimos em 30% os custos dos projetos novos executados pela FDE", acrescentou.

Desde o início da atual gestão, em 2023, a Seduc-SP entregou 44 unidades do Programa Creche Escola. Foram geradas 5.780 novas vagas e investidos R\$ 94,2 milhões.

MARMITAS

Vereador critica projeto de lei que muda regras de distribuição de marmitas

LEANDRO MARTINS/ABRASIL

Vereador Rubinho Nunes (União-SP) decidiu suspender nesta sexta-feira a tramitação de um projeto de lei, de sua autoria, que prevê multa de R\$ 17 mil a quem distribuir marmitas a pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo.

A decisão foi tomada após repercussão negativa em relação ao projeto, que chegou a ser aprovado na quinta-feira passada, em primeira votação, na Câmara de Vereadores da capital paulista.

Em nota, o vereador afirma, que diante da repercussão, irá debater a proposta com organizações não governamentais e demais instituições de sociedade civil para "buscar o aperfeiçoamento do texto para que a finalidade do projeto seja atendida".

"Desde o início, o objetivo da proposta é ampliar a distribuição, evitar desperdício e, principalmente, acolher as pessoas em situação de rua e vulnerabilidade, dando a elas oportunidade de melhoria, dignidade e higiene ao se alimentar. Destaco ainda que ao longo de todo mandato nossa atuação legislativa é construída em diversas mãos e espalha de qualquer maneira, razão pela qual sou grato a todos que contribuem com sugestões e/ou críticas a toda atuação e propostas legislativas", disse o vereador, no comunicado.

Após a primeira votação na Câmara, a prefeitura de São Paulo informou que, com o apoio do prefeito Ricardo Nunes Irineu, analisou o projeto, já que dependia de sanção dele para entrar em vigor. A sinalização, inicial-

mente, é a de que o prefeito Irineu vetou o projeto.

ENTENDA O PROJETO

Além do pagamento da multa, o projeto traz regras para distribuição dos alimentos. As entidades vão precisar ter uma razão social registrada e reconhecida pelos órgãos do município.

A identificação dos voluntários será obrigatória e eles terão que usar um crachá. Entidades e ONGs deverão elaborar um plano detalhado de distribuição dos alimentos e marmitas, descrevendo os locais, as datas e os horários das doações.

O projeto prevê, inclusive, a indicação da quantidade de alimentos a serem doados em cada ocasião, estando obrigadas a fazer a limpeza da área antes de entrar na distribuição da comida.

As autorizações para distribuir as marmitas terão validade

de um ano, e o local onde os alimentos serão preparados deverá passar por vistoria e certificação prévia pelos órgãos de vigilância sanitária, a partir da etapa de transporte e armazenamento. As regras valerão para organizações não governamentais e entidades quanto para pessoas físicas.

Quem vai receber a comida também precisa estar cadastrado e ter as informações atualizadas.

De acordo com a prefeitura de São Paulo, existem dois programas de segurança alimentar que entregam refeições para população vulnerável em todas as regiões da cidade.

Em nota, a gestão municipal informou que, atualmente, não existe obrigatoriedade de Termo de Permissão de Uso para entrega de alimentação às pessoas em situação de rua.

FIM DAS CORRIDAS

Prefeitura de São Paulo planeja transformar Jockey Club em parque

DANIEL MELLO/ABRASIL

De acordo com o Executivo municipal, o Jockey acumula R\$ 856 milhões em dívidas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

As corridas de cavalo são realizadas no terreno de aproximadamente 600 mil metros quadrados desde 1941.

O autor do projeto, vereador Xexeu Tripoli (União), na justificativa da proposta, diz que busca garantir a proteção aos animais.

“A utilização de animais para jogos de azar é uma prática obsoleta, que ensina valores incompatíveis com os dias de hoje, e que utiliza espaço importante em uma cidade super povoada e carente de áreas para lazer, educação e cultura”, diz o texto que embasa o projeto aprovado.

Em nota, a diretoria do Jockey Club lamentou a aprovação da lei e acusou a proposta de ter sido elaborada para atender a

interesses de empresas do mercado imobiliário.

“Além de demonstrar total desconhecimento sobre o esporte, a proposta sinaliza para a população um claro interesse em tentar desaprovar a história centenária do Jockey Club de São Paulo, bem como de abrir espaço para absurda tentativa desproporcionada do Hipódromo de Cidade Jardim para a possível especulação imobiliária”, afirma o comunicado.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO CNPMF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 331.057053-5 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª (QUADRAGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO CNPMF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 331.057053-5 EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª (QUADRAGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO CNPMF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 331.057053-5 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª (QUADRAGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO CNPMF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 331.057053-5 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª (QUADRAGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO CNPMF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 331.057053-5 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 48ª (QUADRAGÉSIMA OITAVA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO CNPMF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 331.057053-5 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 47ª (QUADRAGÉSIMA SÉTIMA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO